

Revista de Administração e Contabilidade**Volume 17, Ano 2025****Feira de Santana, ID edição: 10.29327/2508556.17.1****ISSN: 2177-8426****Teoria da escolha pública: revisão sistemática da produção mundial de alto impacto****Nverson da Cruz Oliveira**

Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)

Email: nverson@gmail.com

Lindomar Pinto da Silva

Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Email: lindomarps@ufba.br

Mirian Gomes Conceição

Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)

Email: mgconceicao@uefs.br

Miguel Angel Rivera Castro

Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)

Email: miguel.castro@unifacs.br

Resumo

Este estudo teve como objetivo realizar um mapeamento da produção científica relacionada à Teoria da Escolha Pública (TEP), fornecendo uma visão geral dessa produção em diversas bases de dados importantes, por meio de uma revisão sistemática da literatura. Além disso, buscou-se analisar as principais tendências que tem sido alvo de discussões e realizar uma classificação metodológica para os trabalhos. A análise dos artigos publicados entre 2013 e 2023 revelou um aumento significativo nos estudos recentes, abrangendo tópicos como Gastos Públicos, Abordagens de Governança e Estudos Teóricos sobre a TEP. Os resultados apontaram uma predominância de abordagens quantitativas e uma inclinação para a Pesquisa Explicativa entre os artigos revisados. Embora a Teoria da Escolha Pública tenha sido amplamente utilizada para fundamentar problemas de pesquisa e hipóteses testadas, a análise dos resultados revelou uma utilização limitada da TEP na interpretação dos dados, levantando questões sobre sua eficácia na pesquisa acadêmica. Dessa forma, este estudo destaca a necessidade de uma reflexão mais aprofundada sobre a aplicação e o papel da Teoria da Escolha Pública na pesquisa científica, visando uma integração mais efetiva e rigorosa desse arcabouço teórico na análise e interpretação dos fenômenos investigados.

Palavras-chave: Teoria da Escolha Pública. Revisão Sistemática. Produção Científica.

1 INTRODUÇÃO

Diante das crises econômicas, especialmente nas últimas décadas, a administração pública busca cada vez mais ferramentas para promover uma gestão fiscal responsável e políticas orçamentárias eficientes, como as políticas de austeridade adotadas para controlar o déficit fiscal. Um exemplo notável é a Emenda Constitucional nº 95 (Teto dos Gastos Públicos), que alterou o regime fiscal, impondo novos limites aos gastos públicos. Entretanto, sociólogos e cientistas políticos, em contrapartida a alguns economistas (Rossi; Mello, 2017; Rossi; Oliveira; Arantes, 2017; Romer; Romer, 2010), argumentam que a austeridade muitas vezes serve apenas como uma desculpa para modificar as estruturas sociais, afetando, em geral, os mais vulneráveis (Rossi; Oliveira; Arantes, 2017). Além disso, sugerem que uma abordagem menos abrupta, por meio da equalização dos gastos públicos, é necessária, especialmente por meio da revisão sistemática de receitas e despesas, evitando o endividamento da instituição (Schakel; Wu; Jeurissen, 2018). Paralelamente, é crucial oferecer bens e serviços à comunidade baseando-se em metodologias aprimoradas de avaliação de programas e indicadores sociais (Lins; Meza, 2008).

Um argumento adjacente é que em países recentemente democratizados como o Brasil, a opinião pública muitas vezes reflete a crença de que o sistema político e seus representantes são incapazes de atender às expectativas geradas pela democracia e de reduzir as desigualdades sociais (Souza, 2003). Há também a percepção de que os líderes do poder executivo agem como acionistas majoritários, buscando influenciar operações e maximizar seus auto-interesses (Boll; Sidki, 2021), o que pode resultar em políticas pouco universais, centradas na busca por benefícios financeiros, autoridade ou reconhecimento associados ao exercício de funções em cargos públicos (Downs, 1957).

Nesse contexto, emerge a Teoria da Escolha Pública, cujo pressuposto central é que o indivíduo age como um maximizador de utilidade (Buchanan; Tullock, 1962), caracterizado por uma abordagem egoísta e racional (Mueller, 1976). Essa perspectiva egoísta e racional é evidente na atuação dos líderes políticos que ocupam posições de destaque na administração pública, agindo, em muitos casos, para maximizar seus próprios interesses (Buchanan; Tullock, 1962; Mueller, 1976). A Teoria da Escolha Pública, portanto, oferece uma visão e interpretação das intrincadas interações institucionais que se desdobram no âmbito do setor público (Buchanan, 1984).

Portanto, considerando que várias pesquisas foram realizadas para testar e aprimorar a Teoria da Escolha Pública em diferentes cenários (Strunz; Gawel; Lehmann, 2016), torna-se essencial identificar e classificar esses estudos. Assim, o principal objetivo deste estudo é realizar um mapeamento da produção científica relacionada à Teoria da Escolha Pública, fornecendo uma visão geral dessa produção em diversas bases de dados importantes, por meio de uma revisão sistemática da literatura. Especificamente também buscou-se analisar as principais tendências que tem sido alvo de discussões e realizar uma classificação metodológica para os trabalhos.

Esse esforço não apenas enriquece o campo acadêmico, mas também fornece insights para formuladores de políticas e gestores públicos na busca por estratégias de administração em tempos de incerteza econômica e transformações sociais. Ademais, embora este estudo se concentre em uma análise qualitativa do corpo científico publicado, pretendemos proporcionar uma discussão mais abrangente sobre as produções acerca da escolha pública.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Teoria da Escolha Pública

A Teoria da Escolha Pública (TEP) adota uma perspectiva na qual as motivações das pessoas, incluindo os políticos, são orientadas pelo auto interesse (Buchanan; Tullock, 1962). Nesse contexto, os políticos tendem a agir em benefício próprio ou em favor de grupos de interesses poderosos e com alto poder econômico, em vez de agirem em prol da sociedade como um todo (Downs, 1957). Assim, depreende-se que governos são controlados por políticos e burocratas que têm incentivos a promover seus próprios interesses, em detrimento dos interesses dos cidadãos. Isso ocorre porque os políticos são eleitos por maioria e buscam atender às demandas de seus eleitores, mesmo que essas demandas sejam ineficientes ou até mesmo prejudiciais. Os burocratas, por sua vez, têm incentivos a expandir seu poder e orçamento, mesmo que isso leve a um desperdício de recursos Mitchell e Simmons (1994).

Ademais, a Teoria da Escolha Pública (TEP) levanta questionamentos em relação ao sistema eleitoral, sugerindo que grupos de pressão, incluindo políticos, buscam influenciar os eleitores a fim de alcançar seus interesses (Butler, 2012; Tullock et al, 2005). Segundo Downs (1957), na escolha pública, as decisões tomadas por indivíduos que fazem parte de um grupo ou organização coletiva têm reflexos sobre toda a coletividade.

Buchanan (1975) considera a concepção política do Estado como um sistema de troca, vendo os políticos como agentes movidos por interesses próprios. Nesse contexto de troca, os políticos são vistos como vendedores de programas políticos e os eleitores como consumidores desses programas, maximizando seus interesses ao votar nos candidatos de sua preferência. Neste sentido, os eleitores não são racionais no sentido econômico do termo, votando com base em suas emoções, preconceitos e interesses pessoais, em vez de analisarem cuidadosamente as políticas dos candidatos. (Caplan, 2007).

Essa teoria também estuda as preferências e o comportamento das pessoas em relação ao processo político como um todo, sejam elas agentes públicos, eleitores ou indivíduos interessados nas políticas a serem implementadas. Além disso, a TEP baseia-se na macroeconomia e considera o indivíduo como um ser racional e egoísta (Butler, 2012). Nessa mesma linha, Orenstein (1998) descreve esses indivíduos racionais e egoístas como aqueles que se preocupam com o resultado privado final das ações coletivas.

Por sua vez, o político necessita de financiamento para arcar com os custos da campanha eleitoral e, consequentemente, alcançar o sucesso ao se eleger para algum cargo. Ao mesmo tempo, as empresas buscam indivíduos dentro do governo que possam garantir acesso aos recursos públicos e influenciar políticas que afetem questões tributárias, subsídios, regulações bancárias, entre outras medidas. Esse processo perpetua a interação financeira entre empresas, grupos de interesses e políticos. (Buchanan, 1975).

Os grupos de interesse, devido ao seu considerável poder econômico e organização, são capazes de financiar lobistas para pressionar os membros dos poderes legislativo, executivo e judiciário, a fim de que seus interesses ideológicos se misturem ao interesse público. Eles compreendem que é essencial evitar conflitos tanto com os eleitores quanto com os políticos que os representam (Butler, 2012; Buchanan; Musgrave, 1999). Além disso, de acordo com Buchanan e Tullock (1962), se um grupo com interesses particulares obtém sucesso na aprovação de legislação favorável através de pagamentos a políticos, esse resultado

positivo pode encorajar outros grupos a investirem recursos na esfera política, ao observarem o êxito do primeiro grupo.

2.1.1 Pressupostos da Teoria da Escolha Pública

2.1.1.1 Pressuposto da Racionalidade

Um dos pressupostos da Teoria da Escolha Pública é a necessidade de racionalidade por parte dos indivíduos. Isso envolve a capacidade de aprimorar, modificar e otimizar soluções, o que na Economia é chamado de adaptar meios aos fins (Mueller, 2003). De maneira simplificada, isso se manifesta na TEP quando as pessoas determinam em que situações devem buscar soluções coletivas para resolver seus problemas e quando devem agir de forma privada. Uma abordagem para resolver esse dilema e atingir esse objetivo é a aplicação da regra da unanimidade nas decisões (Buchanan; Tullock, 1962).

Assim, a ação coletiva é entendida como o comportamento de indivíduos que optam por atingir objetivos de forma conjunta, em vez de individualmente, e o governo é considerado apenas o conjunto de processos que permite essa ação coletiva. Essa perspectiva transforma o Estado em algo construído pelo ser humano, uma criação. Portanto, por sua própria natureza, o Estado está sujeito a mudanças e melhorias. Consequentemente, é possível emitir declarações significativas sobre se determinadas modificações no conjunto de restrições do governo resultarão em situações "melhores" ou "piores". Tal análise pressupõe uma análise racional do indivíduo, conforme afirmado pelos próprios autores sobre o objetivo da obra: "[...] *the approach taken in this book is rationalist*" (Buchanan; Tullock, 1962, p.13).

2.1.1.2 Pressuposto do Auto-interesse

O entendimento da realidade política na Teoria da Escolha Pública se baseia no indivíduo como elemento central. Quanto a isto, Buchanan (1975 p. 93) afirma: "*Man looks himself before he looks at others*". Isso implica que qualquer modelo institucional que se queira criar deve considerar que os eventos políticos são, em última análise, explicados pela ação dos indivíduos. Portanto, mesmo que a teoria incorpore conceitos como partidos, grupos, famílias, classes ou outras agregações de pessoas, todas essas entidades devem ser vistas não como entidades orgânicas, onde o todo é maior do que a soma das partes, mas como composições de um determinado número de indivíduos com características e interesses individuais (Downs, 1957; Mueller, 2003).

Assim, sob a perspectiva da Teoria da Escolha Pública, os indivíduos são os elementos fundamentais, e o governo consiste simplesmente em um conjunto complexo de instituições por meio das quais as pessoas tomam decisões em conjunto e realizam atividades coletivas, sendo que política envolve a ação das pessoas dentro desse contexto institucional (Buchanan, 2000). O mesmo autor ainda afirma que "...*if we want to discuss governmental decision process we must analyze the behavior of individuals as they participate in these processes*" (Buchanan, 2000, p.4).

2.1.1.3 Pressuposto da Liberdade

Regras e instituições políticas são necessárias para manter a ordem social e para resolver problemas coletivos, porém, regras e instituições políticas podem ser criadas prioritariamente para promover os interesses dos indivíduos que têm poder político. Por exemplo, os políticos podem criar regras que lhes permitam permanecer no poder por mais tempo ou que lhes permitem distribuir benefícios para seus apoiadores. Os indivíduos poderosos podem criar regras que protejam seus interesses econômicos ou que lhes permitam

pagar menos impostos, e tais regras podem reduzir a liberdade dos indivíduos comuns (Brennan; Buchanan, 1985).

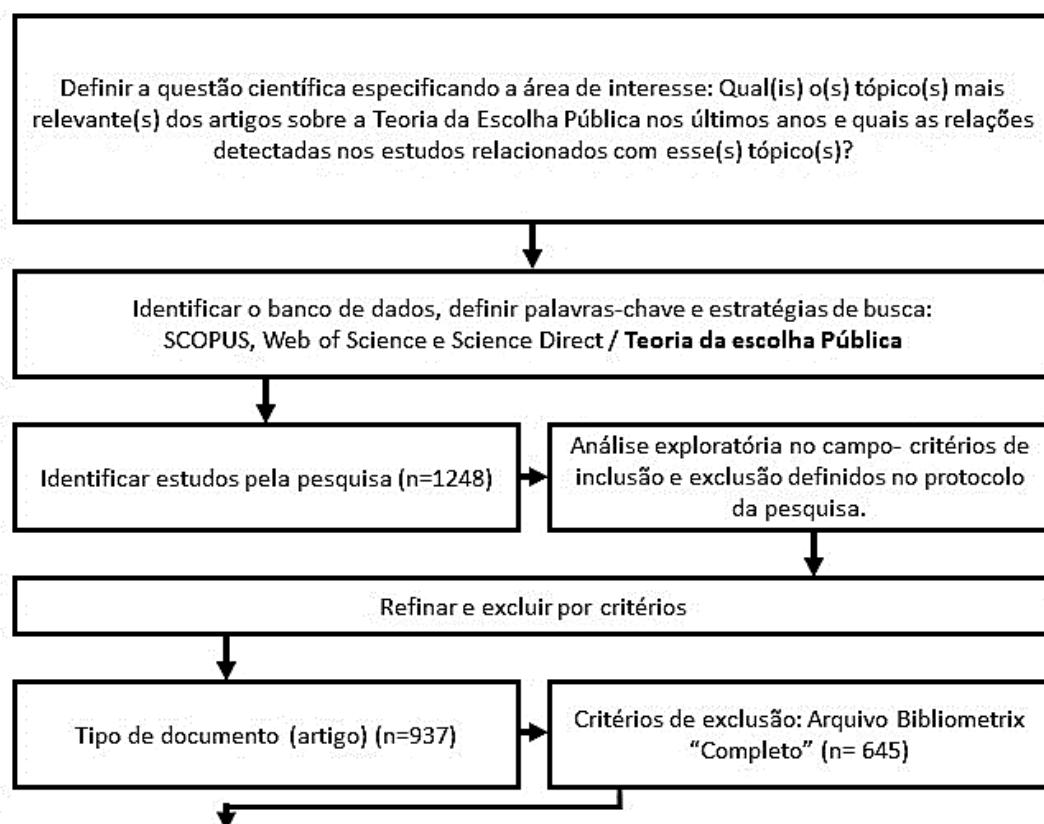
Nesse sentido, uma democracia eficiente permite que os indivíduos expressem suas preferências e participem do processo político de modo efetivo. Isso leva a uma maior diversidade de opiniões e a uma melhor compreensão dos problemas. Como resultado, as políticas públicas adotadas em democracias são mais propensas a refletir os interesses da sociedade como um todo (Wittman, 1995).

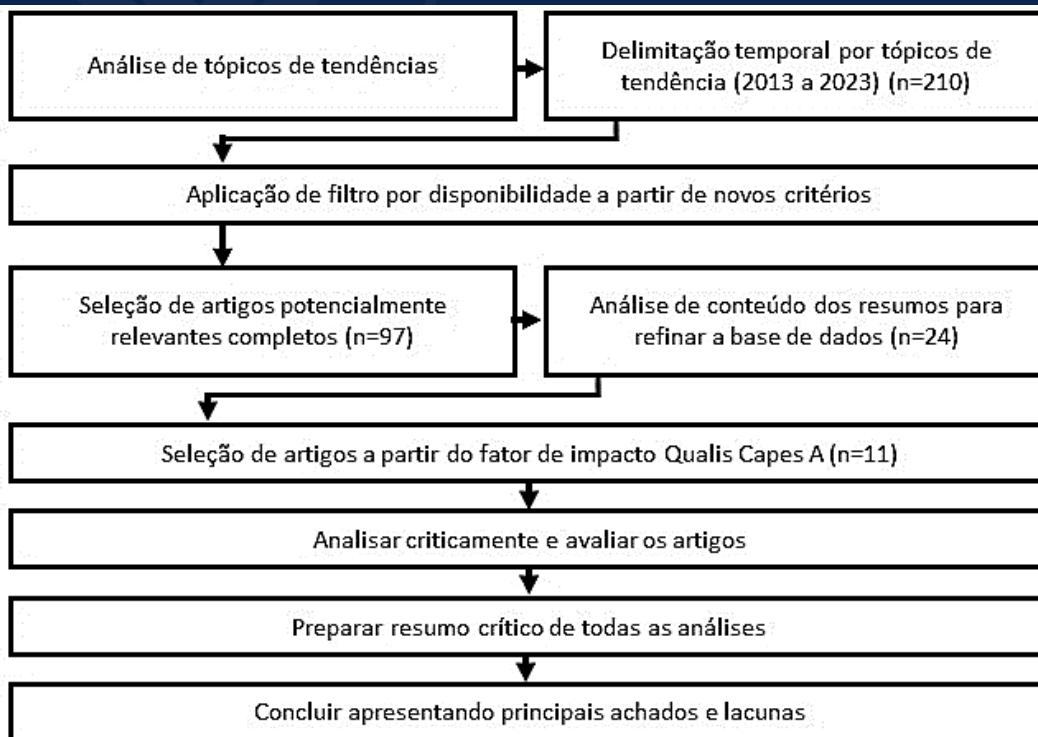
Do ponto de vista de Teoria da Escolha Pública, Buchanan e Tullock (1962) afirmam sobre a obra *The Calculus of Consent* que “*This is a book about the political organization of a society of free men*”. Neste sentido, visto que a TEP se baseia em decisões individuais, é crucial compreender que esses indivíduos têm a liberdade de fazer suas escolhas. Caso contrário, se a liberdade estiver ausente e as escolhas forem feitas sob influência da vontade de terceiros, a análise se tornaria sem relevância.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Uma análise sistemática requer a adoção de um método científico e rigoroso para buscar e avaliar a literatura, de modo que o processo de busca seja comprehensível e passível de replicação (Tranfield et al., 2003). Neste estudo, a revisão sistemática seguiu os procedimentos estabelecidos por Tranfield et al. (2003). A Figura 1 ilustra o delineamento do protocolo de pesquisa, destacando os critérios para inclusão de artigos e os critérios para exclusão de documentos que foram removidos da revisão sistemática.

Figura 1 - Representação do Protocolo da Pesquisa





Fonte: Dados da pesquisa

3.1 Protocolo da Pesquisa e Seleção dos Artigos

A fim de compor a amostra, inicialmente realizou-se a seleção de artigos por meio das palavras-chave "Teoria da Escolha Pública" ou "Public Choice Theory". As buscas foram conduzidas nas bases de dados SCOPUS, Web Of Science e Science Direct, abrangendo o período de 1973 a 2023, sendo 1973 o ano mais antigo encontrado nas bases. O levantamento identificou um total de 1.248 trabalhos, englobando resenhas, resumos, livros, teses e outros tipos de publicações. Posteriormente, foram aplicados filtros sucessivos nas bases. O primeiro filtro teve como objetivo selecionar apenas os documentos categorizados como artigos, resultando em 937 artigos mantidos.

Quadro 1 - Principais dados da população

Descrição	Resultados
DADOS DA BUSCA	
Intervalo de tempo	1973:2023
Fontes (revistas, livros, etc.)	491
Documentos	1.248
Taxa de crescimento anual %	5,42
Idade Média do Documento	17,1
Média de citações por documento	17,73
DADOS DOS AUTORES	
Total de autores	956
Autores de documentos de autoria única	452
Média de coautores por documento	1,59
Coautorias internacionais %	8,02
TIPOS DE DOCUMENTO	
Artigos	937

Fonte: Dados da pesquisa

Em seguida, um segundo filtro foi aplicado para restringir a amostra aos artigos cujos dados estivessem disponíveis no formato *BibTeX*®, essencial para a análise utilizando o pacote de software *Biblioshiny*®. Este último foi operacionalizado no ambiente do *R-Studio*® para a realização de análises bibliométricas, culminando em 645 artigos para análise. Outro filtro foi então aplicado, limitando a análise aos artigos produzidos no intervalo temporal de 2013 a 2023, resultando em 210 artigos. Esse recorte temporal foi selecionado em detrimento da maior disponibilidade de metadados dos artigos a partir das bases selecionadas.

Quadro 2 - Recorte temporal da população (2013 a 2023)

Descrição	Resultados
DADOS DA BUSCA	
Intervalo de tempo	2013:2023
Fontes (revistas, livros, etc.)	148
Documentos	210
Taxa de crescimento anual %	1,44
Idade Média do Documento	4,95
Média de citações por documento	7,39
DADOS DOS AUTORES	
Total de autores	399
Autores de documentos de autoria única	132
Média de coautores por documento	1,92
Coautorias internacionais %	12,96
TIPOS DE DOCUMENTO	
Artigos	210

Fonte: Dados da pesquisa

Subsequentemente, uma análise adicional excluiu artigos que, embora completos, não ofereciam acesso livre através dos periódicos, resultando em 97 artigos potencialmente relevantes, completos e prontamente disponíveis para download.

A etapa seguinte consistiu em uma análise de conteúdo dos resumos dos artigos, com o propósito de avaliar a consistência na aplicação da Teoria da Escolha Pública no corpo do documento. Isso visou excluir trabalhos que, apesar de conterem os termos específicos nas palavras-chave, não abordavam efetivamente a TEP. Dessa análise, restaram 24 trabalhos.

Os trabalhos foram então filtrados para incluir apenas aqueles com fator de impacto no Qualis A da CAPES, o sistema de avaliação de periódicos científicos mantido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Após esse último filtro, restaram 11 artigos, que foram posteriormente analisados para a apresentação dos resultados neste estudo.

4 ANÁLISE DE RESULTADOS

Esta seção será subdividida em duas partes. Inicialmente, serão fornecidos dados relativos à composição da população dos artigos, com o intuito de evidenciar as direções de pesquisa mais recentes. Posteriormente, uma vez identificadas as principais tendências, na segunda parte, os artigos escolhidos da amostra serão examinados quanto aos temas em destaque.

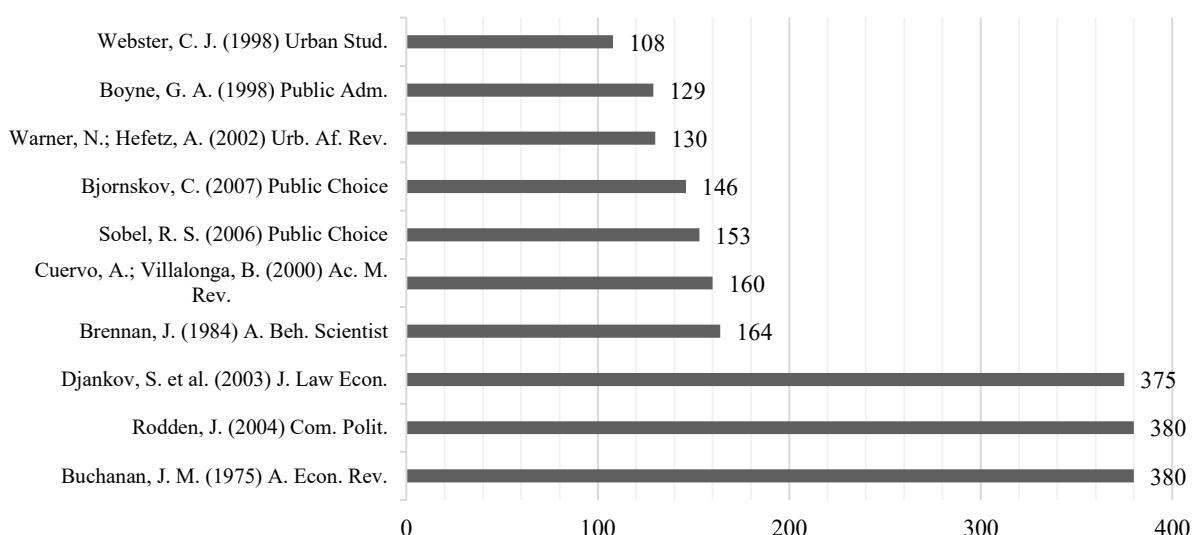
4.1 Dados da População (1973 a 2023)

Durante o período de 1973 a 2023, os artigos extraídos das bases de dados Scopus, Web of Science e Science Direct totalizaram 937 publicações, originárias de um conjunto

composto por 1.248 documentos provenientes de 491 fontes distintas, abrangendo tanto periódicos quanto livros.

Dentre as obras mais citadas nesta base de 937 artigos destacam-se o artigo *The Limits of Liberty: Between Anarchy and Leviathan*, de James M. Buchanan, publicado originalmente na American Economic Review em 1975 e *Comparative Federalism and Decentralization: On Meaning and Measurement*, de Jonathan Rodden, publicado na revista Comparative Politics em 2004, com um total de 380 citações cada. A terceira obra mais citada é o artigo *The Quality of Government*, de Simeon Djankov, Rafael La Porta, Florencio Lopez-de-Silanes e Andrei Shleifer, publicado na revista Journal of Law and Economics em 2003 totalizando 373 citações nos artigos da população conforme apresentado no Gráfico 1:

Gráfico 1 - Documentos mais citados globalmente



Fonte: Dados da pesquisa

Entre os termos mais recorrentes nos estudos, notáveis são a expressão "Public Choice Theory" (Teoria da Escolha Pública), "decision making" (tomada de decisão) e "Governance Approach" (abordagem de governança). Outros termos significativos podem ser identificados, como evidenciado na nuvem de palavras apresentada na Figura 2.

Figura 2 - Nuvem de palavras da população



Fonte: Dados da pesquisa

4.1.1 Tópicos de Tendência

Quanto à tendência de discussões na base identificada, podemos destacar os três principais temas preponderantes como tendência nos estudos de 2010 a 2023:

4.1.1.1 Gastos Públicos (*Public spending*)

À luz da teoria da escolha pública, os gastos públicos são discutidos como resultado de processos políticos nos quais os atores governamentais buscam maximizar seus próprios interesses. A teoria da escolha pública parte do pressuposto de que os tomadores de decisão, incluindo políticos e burocratas, agem de acordo com incentivos pessoais, buscando maximizar sua utilidade ou benefícios individuais. Nesse contexto, os gastos públicos são analisados como resultado de barganhas políticas e competição entre grupos de interesse (Mueller, 2003). Com base nos dados apresentados no Gráfico 1 há uma preponderância de tendência deste tema nos artigos a partir do ano de 2018.

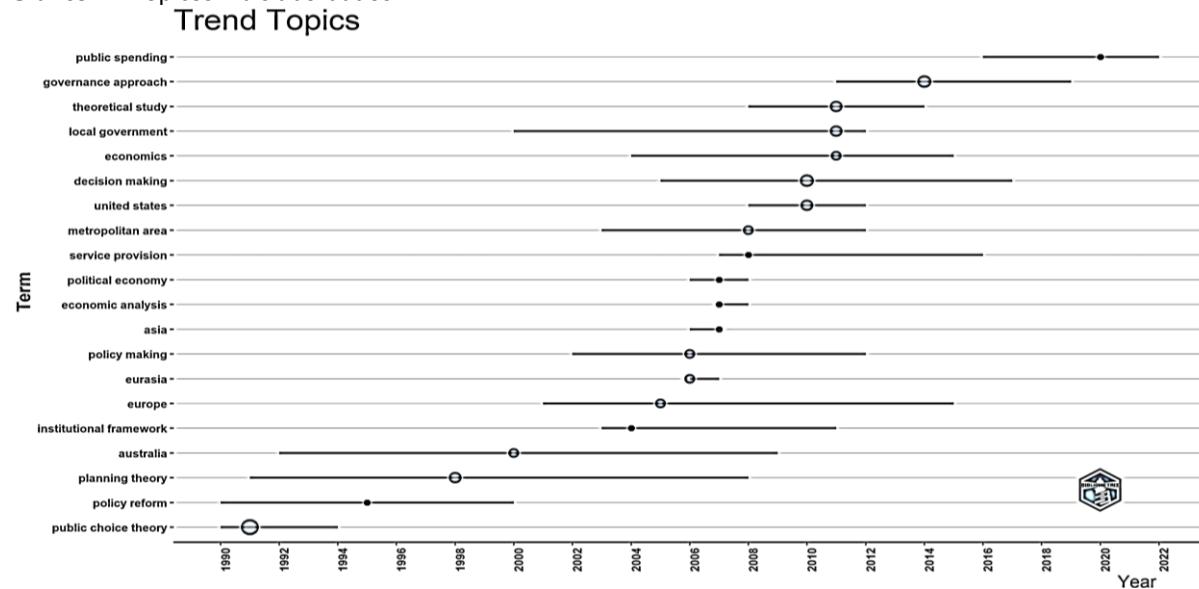
4.1.1.2 Abordagem de Governança (Governance Approach)

A abordagem de governança (governance approach) à luz da teoria da escolha pública é tratada principalmente no contexto da análise das instituições políticas e econômicas. A teoria da escolha pública sugere que as estruturas de governança, incluindo instituições públicas e privadas, são moldadas por incentivos e interesses dos agentes envolvidos. De acordo com essa perspectiva, a análise da governança concentra-se nos processos de tomada de decisão, nas relações de poder e nos incentivos que influenciam o comportamento dos atores políticos e econômicos (Olson, 1965). O tema Abordagem de Governança pode ser observada como uma tendência nos estudos relacionados à Teoria da Escolha Pública a partir do ano de 2012 até o ano de 2020.

4.1.1.3 Estudos Teóricos (Theoretical Study)

Destaca-se como o terceiro tópico entre as tendências de estudo relacionadas à Teoria da Escolha Pública os artigos que abordam Estudos Teóricos. De acordo com Gil (2022), um estudo teórico é caracterizado pela ausência de coleta de dados empíricos, sendo fundamentado exclusivamente na análise de conceitos, teorias e modelos. Esses estudos incluem revisões da literatura, desenvolvimento de teorias e análises conceituais. Conforme o Gráfico 2, observou-se uma predominância significativa desse tópico no período de 2006 a 2015.

Gráfico 2 – Tópicos mais abordados



Fonte: Dados da pesquisa

4.2 Dados dos artigos selecionados

4.2.1 Dados Descritivos

A amostra analisada neste estudo é composta por 11 artigos. Destes, 4 são provenientes de periódicos classificados como Qualis A1, 1 artigo é de um periódico classificado como A2, 4 artigos são de periódicos classificados no Qualis A3 e 2 artigos são de periódicos classificados como Qualis A4. Dentro do conjunto de 11 artigos, 4 são provenientes de periódicos internacionais, enquanto os 7 restantes são de periódicos nacionais. Em relação à origem dos artigos, 1 foi obtido da base de dados Scopus, 3 da base Science Direct e 7 da Web of Science.

Quadro 3 - Amostra de artigos da pesquisa

Base de dados	Autores	Título do Artigo	Periódico	Ano	Qualis	País do estudo
Scopus	Abbott, A., & Jones, P.	Procyclical government spending: A public choice analysis	Public Choice	2013	A1	Reino Unido
Science Direct	Lahiri, R. e Ratnasiri, S.	Costly technology adoption, redistribution and growth	Economic Modelling	2013	A1	Austrália
Science Direct	Strunz, S., Gawel, E., & Lehmann, P	The political economy of renewable energy policies in Germany and the EU	Utilities Policy	2016	A1	Alemanha
Web of Science	Fiirst, C., Baldissera, J. F., Martins, E. B., & Agnoletto Nascimento, S. A.	A Influência dos Índices Socioeconômicos e Contábeis no nível de Transparência Eletrônica dos Estados Brasileiros sob a ótica da Teoria da Escolha Pública	Administração Pública e Gestão Social	2018	A3	Brasil
Science Direct	Boll, D. e Sidki, M.	The influence of political fragmentation on public enterprises: Evidence from German municipalities	European Journal of Political Economy	2021	A1	Alemanha
Web of Science	Baldissera, J. F., Dall'Asta, D., Casagrande, L. F., & Oliveira, A. M. B. D.	Influência dos aspectos socioeconômicos, financeiro-orçamentários e político-eleitorais na transparência dos governos locais	Revista de administração pública	2020	A2	Brasil
Web of Science	Fabre, V. V., Engelage, E., Flach, L., & Borgert, A.	Gastos com vigilância epidemiológica nos municípios de Santa Catarina	Revista Catarinense da Ciência Contábil	2020	A3	Brasil
Web of Science	Martins, L. C., Libonati, J. J., Miranda, L. C., & De Freitas, M. A. L.	Controle Externo das Contas Públicas: A Influência Política no Julgamento das Contas dos Prefeitos do Estado de Pernambuco	Sociedade, contabilidade e gestão	2020	A3	Brasil
Web of Science	Oliveira, C. N. M., Veloso, P. H. N., Maximiano, J. S., & Ribeiro, E. N.	Análise da influência da teoria da escolha pública na criação de aterros sanitários em municípios	Meta	2021	A4	Brasil

Web of Science	Gomes, A. R. V., Romero, S. A., de Mello, G. R., & de Lima, S. L. L.	A influência dos gastos por funções ministeriais nas despesas com pessoal de acordo com os ciclos políticos eleitorais	Revista Alcance	2021	A4	Brasil
Web of Science	Medina, S. A., Ferreira, M. A. M., Pinto, T. R. G. S., & Santos, I. A. D.	Alocação das emendas parlamentares individuais: correção de assimetria em saúde ou ganho político?	Revista eletrônica da administração	2023	A3	Brasil

Fonte: Dados da pesquisa

4.2.2 Obra Mais Citadas por Estudo

4.2.3 Classificação dos Artigos Quanto aos Tópicos de Tendência

Foi constatado que os 11 artigos escolhidos para análise, de acordo com os critérios anteriormente delineados, estão categorizados em um dos principais domínios de tendências previamente abordados, nomeadamente Gastos Públicos, Abordagem de Governança ou Estudo Teórico. Essa classificação evidencia a diversidade de temas que englobam a pesquisa em questão, sublinhando a relevância e a amplitude das investigações realizadas dentro dessas esferas temáticas específicas.

Tabela 1 - Classificação dos estudos quanto aos tópicos de tendência

Classificação	Definição	Autores
Gastos Públicos	Como os gastos públicos são influenciados pela teoria da escolha pública, que sugere que os atores políticos buscam maximizar seus próprios interesses. Políticos e burocratas são vistos como agindo de acordo com incentivos pessoais, levando a gastos públicos como resultado de barganhas políticas e competição entre grupos de interesse.	Abbott, A., Jones, P. (2013); Fabre, V. V., Engelage, E., Flach, L., & Borgert, A. (2020); Gomes, A. R. V., Romero, S. A., De Mello, G. R., & De Lima, S. L. L. (2021); Medina, S. A., Ferreira, M. A. M., Pinto, T. R. G. S., & Santos, I. A. D. (2023)
Abordagem de Governança	A perspectiva discute como a análise da governança se concentra em processos decisórios, relações de poder e incentivos que moldam o comportamento de atores políticos e econômicos	Lahiri, R. E Ratnasiri, S. (2013); Fiirst, C., Baldissera, J. F., Martins, E. B., & Agnoletto Nascimento, S. A. (2018); Boll, D. E Sidki, M. (2020); Baldissera, J. F., Dall'asta, D., Casagrande, L. F., & Oliveira, A. M. B. D. (2020); Martins, L. C., Libonati, J. J., Miranda, L. C., & De Freitas, M. A. L. (2020); Oliveira, C. N. M., Veloso, P. H. N., Maximiano, J. S., & Ribeiro, E. N. (2020).
Estudo Teórico	Descreve uma abordagem de pesquisa que carece de dados empíricos e se baseia principalmente na análise de conceitos, teorias e modelos incluindo revisões da literatura, desenvolvimento teórico e análises conceituais.	Strunz, S., Gawel, E., & Lehmann, P (2016);

Fonte: Dados da pesquisa

Entre os 11 trabalhos examinados, segundo a abordagem empregada para analisar a Teoria da Escolha Pública, 4 foram identificados como enquadrados no tópico emergente de Gastos Públicos para suas abordagens e discussões, enquanto 6 foram classificados como adotando a Abordagem de Governança e 1 foi categorizado como Estudo Teórico. Essa categorização revela a diversidade de perspectivas adotadas pelos pesquisadores para explorar e entender os fenômenos relacionados à Teoria da Escolha Pública, demonstrando a

aplicação e a relevância de diferentes abordagens metodológicas para investigar questões complexas dentro desse campo de estudo.

4.2.3 Classificação dos Artigos Quanto à Abordagem do Problema

A classificação metodológica dos artigos investigados neste estudo baseou-se na estrutura proposta por Beuren (2013), a qual considera múltiplos aspectos. Os artigos foram categorizados com relação à abordagem do problema, distinguindo entre qualitativa e quantitativa; quanto aos objetivos delineados, identificando se eram exploratórios, descritivos ou explicativos; e aos procedimentos metodológicos adotados, abrangendo estudos de caso, levantamentos, pesquisas bibliográficas, documentais, participativas ou experimentais. Para esta classificação, os artigos foram analisados quanto a seus aspectos metodológicos e quanto à análise de resultados. Nesse contexto, a Tabela 2 foi elaborada para fornecer um resumo claro e organizado dessas classificações, permitindo uma compreensão abrangente da diversidade metodológica empregada nos estudos analisados. Essa abordagem estruturada possibilita uma avaliação das características metodológicas dos artigos, contribuindo para uma análise fundamentada dos resultados da pesquisa.

Tabela 2 - Classificação das pesquisas

Artigo	Classificação das pesquisas		
	Quanto à abordagem do problema	Quanto aos objetivos	Quanto aos procedimentos metodológicos
Abbott, A., & Jones, P.	Quantitativa	Exploratória/ Explicativa	Pesquisa documental
Lahiri, R. e Ratnasiri, S.	Quantitativa / Qualitativa	Explicativa	Pesquisa documental/ Pesquisa bibliográfica
Strunz, S., Gawel, E., & Lehmann, P	Qualitativa / Qualitativa	Exploratória	Pesquisa documental/ Pesquisa bibliográfica
Firrst, C., Baldissera, J. F., Martins, E. B., & Agnoletto Nascimento, S. A.	Quantitativa	Explicativa/ Descritiva	Pesquisa documental
Boll, D. e Sidki, M	Qualitativa	Descritiva	Pesquisa documental/ Pesquisa bibliográfica
Baldissera, J. F., Dall'Asta, D., Casagrande, L. F., & Oliveira, A. M. B. D.	Quantitativa	Descritiva/ Explicativa	Pesquisa documental
Fabre, V. V., Engelage, E., Flach, L., & Borgert, A.	Quantitativa	Descritiva/ Explicativa	Pesquisa documental
Martins, L. C., Libonati, J. J., Miranda, L. C., & De Freitas, M. A. L.	Quantitativa	Descritiva/ Explicativa	Pesquisa documental
Oliveira, C. N. M., Veloso, P. H. N., Maximiano, J. S., & Ribeiro, E. N.	Quantitativa	Explicativa	Pesquisa documental
Gomes, A. R. V., Romero, S. A., de Mello, G. R., & de Lima, S. L. L.	Quantitativa	Descritiva/ Explicativa	Pesquisa documental
Medina, S. A., Ferreira, M. A. M., Pinto, T. R. G. S., & Santos, I. A. D.	Quantitativa	Explicativa	Pesquisa documental

Fonte: Dados da pesquisa

Observa-se uma prevalência notável de estudos enquadráveis sob a perspectiva quantitativa, constituindo a maioria das abordagens metodológicas adotadas. Dentro de um corpus de 11 artigos selecionados para este escrutínio, 10 se enquadram nessa categoria. Em relação aos objetivos delineados, constata-se que 8 dos 11 artigos se situam no domínio da Pesquisa Explicativa, sugerindo uma orientação voltada para a compreensão das relações causais subjacentes aos fenômenos investigados.

No que tange aos procedimentos metodológicos empregados, todas as investigações objeto de análise pode ser categorizadas como Pesquisa Documental. Tal classificação implica a utilização preponderante de fontes primárias, tais como documentos, registros, e outros artefatos textuais, como meio fundamental para a coleta de dados e embasamento das análises empreendidas. Este viés metodológico sugere uma inclinação dos pesquisadores em se valer de evidências textuais e registros históricos como substrato primordial para a fundamentação de seus estudos.

Em suma, os resultados destas análises indicam uma forte tendência em direção à adoção de abordagens quantitativas e procedimentos metodológicos documentais entre os estudos examinados, apontando para uma valorização da coleta sistemática de dados e análise de fontes documentais como instrumentos fundamentais na produção de conhecimento científico em diversas áreas do saber.

4.2.4 Análise dos Artigos Ordenada com Base nos Tópicos de Tendência

A seguir, será apresentada uma síntese de cada um dos artigos, ressaltando como cada obra empregou a Teoria da Escolha Pública na análise dos resultados. Decidiu-se ordenar essa análise de acordo com a classificação dos artigos em relação aos tópicos de tendências mencionados anteriormente.

4.2.4.1 Gastos Públicos

Com base na teoria da escolha pública, os gastos do setor público são analisados como produtos de procedimentos políticos nos quais os agentes governamentais procuram otimizar seus próprios interesses.

Nesse sentido, Abbott e Jones (2013) objetivou(objetivaram??) aplicar a análise da escolha pública para examinar a pressão que impulsiona o aumento da despesa pública, buscando identificar um padrão específico de despesa pública cíclica. A pesquisa abrangeu 20 países da OCDE no período de 1995 a 2006. Os achados apontaram que há evidências de gastos pró-cíclicos por parte dos países subcentrais nos governos em 20 países da OCDE entre 1995 e 2006. Os autores utilizaram a Teoria da Escolha Pública de forma aprofundada para realizar a análise dos resultados.

O estudo de Fabre *et al* (2020) teve como objetivo avaliar a eficiência dos recursos públicos destinados à vigilância epidemiológica no combate a doenças como Aids, Dengue e Gripe Influenza. Utilizando estatística descritiva, correlação e regressão de dados em painel, foram analisadas 240 observações em 60 municípios catarinenses no período de 2013 a 2016. Os resultados apontaram que os gastos estão inversamente relacionados às ocorrências de Aids e Gripe. Apesar de fundamentar o problema de pesquisa com base na Teoria da Escolha Pública, os autores não relacionaram de forma aprofundada os resultados encontrados à Teoria.

Com o objetivo examinar como as despesas por função afetam os gastos com pessoal nos estados brasileiros durante os diferentes ciclos eleitorais no período de 2002 a 2014, Gomes *et al* (2021), utilizando uma regressão linear múltipla com dados em painel para cada

ciclo eleitoral, indicaram que os interesses políticos são evidenciados pela influência das funções ministeriais nos gastos com pessoal, e os gestores demonstram diferentes interesses em cada ciclo eleitoral, adaptando-se às demandas dos agentes envolvidos para legitimar seu poder. Apesar de utilizarem a Teoria da Escolha Pública para elaboração do Referencial Teórico, os autores não relacionaram os resultados obtidos aos pressupostos da Teoria.

Medina *et al* (2023), com o propósito de identificar quais indicadores, seja a necessidade de saúde ou benefícios políticos, influenciam na alocação de Emendas Parlamentares Individuais (EPIs) destinadas à saúde. Para isso, foi conduzida uma análise de regressão linear múltipla utilizando dados em painel referentes aos municípios brasileiros que receberam recursos por meio de EPIs no período de 2012 a 2018. O principal achado revelou que a distribuição das EPIs é impulsionada pela interação de fatores técnicos, que levam em conta as demandas de saúde, e fatores políticos. O Estudo utilizou a Teoria da Escolha Pública de forma muito incipiente na análise dos resultados, sem aprofundar nos pressupostos teóricos.

4.2.4.2 Abordagem de Governança

A Abordagem de Governança na Teoria da Escolha Pública se focaliza nos mecanismos de decisão, nas dinâmicas de poder e nos estímulos que moldam as ações dos agentes políticos e econômicos (Olson, 1965).

A pesquisa de Lahiri e Ratnasiri (2013), a partir de um estudo bibliográfico, analisou um modelo de economia política que buscou compreender as disparidades nas experiências de crescimento e adoção de tecnologia em diversas economias. Utilizando dados de economias como da Índia e China, os autores concluíram que as escolhas públicas tendem a ser conservadoras, refletindo as preferências da maioria diante de conflitos entre agentes. O estudo fundamenta os resultados com base na Teoria da Escolha Pública sem, porém, sustentá-los de modo aprofundado em seus pressupostos.

O estudo de Fiirst *et al* (2018) buscou analisar a influência de variáveis socioeconômicas e contábeis na transparência eletrônica dos estados brasileiros após a implementação da Lei de Acesso à Informação, sob a Teoria da Escolha Pública. Utilizando dados de 2011 a 2015, a análise revelou que o desenvolvimento estadual, a execução orçamentária, a liquidez e os gastos com pessoal impactam positivamente a transparência eletrônica. Isso sugere que gestores públicos priorizam a divulgação de informações quando beneficiam a situação financeira do estado, corroborando a importância da transparência na mitigação da assimetria de informações entre gestores e sociedade. Embora tenham empregado a Teoria da Escolha Pública como base para sua investigação, os autores optaram por não recorrer a ela para interpretar os resultados obtidos.

Boll e Sidki (2020) examinaram como a fragmentação política em conselhos municipais afeta o comportamento de investimento de empresas públicas locais na Alemanha. Utilizando dados de 2002 a 2014 de 8.685 empresas em 3.237 municípios, os resultados indicaram, em média, um efeito negativo da fragmentação política no investimento per capita, sugerindo possíveis obstáculos políticos ou estratégias de voto. Apesar de terem adotado a Teoria da Escolha Pública como fundamento para sua pesquisa, os autores escolheram não a empregar na análise dos resultados.

O estudo desenvolvido por Baldissera *et al* (2020) examinou como os fatores socioeconômicos, financeiros-orçamentários e político-eleitorais influenciam a transparência ativa e passiva dos governos locais no Brasil. Utilizando uma amostra de 3.550 municípios brasileiros e aplicando o método de regressão linear múltipla, os autores apontaram que os

municípios de maior porte têm maior propensão a divulgar ativamente informações como estratégia para reduzir os custos de agência. Apesar de terem utilizado a Teoria da Escolha Pública como fundamento para sua pesquisa, os autores não utilizaram essa abordagem para analisar os resultados encontrados.

Fundamentado na Teoria da Escolha Pública, o estudo de Martins *et al* (2020), empregando a regressão logística em dados em painel, analisou a influência política no julgamento das contas públicas municipais em Pernambuco, abrangendo 1720 prestações de contas de 182 municípios entre 2001 e 2013. Os resultados indicam que o número de vereadores do mesmo partido do prefeito afeta a aprovação das contas na câmara municipal, mesmo quando o Tribunal de Contas do Estado recomenda a rejeição. Embora tenham adotado a Teoria da Escolha Pública como embasamento para sua investigação, os autores não a aplicaram na interpretação dos resultados obtidos.

A pesquisa de Oliveira *et al* (2020), utilizando a regressão logística para analisar as variáveis que explicam a presença de aterros sanitários, indicou que municípios com um Índice de Desenvolvimento Humano mais elevado têm maior probabilidade de estabelecer esses locais. Embora tenha se baseado na Teoria da Escolha Pública para abordar o problema de pesquisa, o estudo empregou essa teoria de maneira incipiente na interpretação dos resultados alcançados.

4.2.4.3 Estudo Teórico

Utilizando uma abordagem de escolha pública para examinar o desenvolvimento das políticas de energia renovável na União Europeia em geral, com foco na Alemanha, o estudo documental bibliográfico de Strunz, Gawel e Lehman (2016) analisou as características das atuais políticas de energia renovável considerando as motivações dos eleitores, partes interessadas e atores políticos. Ao explorar o exemplo alemão, o estudo destacou a interação entre apoio ideológico e financeiro ao longo do tempo. Os autores concluem que a análise apresentada destaca os desafios cruciais para a reforma das políticas de energia renovável, enfatizando a importância de equilibrar os interesses das partes envolvidas. Apesar de ter utilizado a Teoria da Escolha Pública como base para investigar o problema de pesquisa, o estudo aplicou essa teoria de forma limitada na interpretação dos resultados obtidos.

4.3 Síntese dos Achados

Os resultados desta pesquisa revelam que, na amostra analisada, a maioria dos artigos empregou de maneira substancial a Teoria da Escolha Pública para embasar o problema de pesquisa e as hipóteses testadas, quando aplicável. Por outro lado, houve utilização incipiente da TEP na análise de resultados.

Nota-se uma predominância marcante de estudos que se encaixam na perspectiva quantitativa, representando a maioria das metodologias utilizadas. Dentro de um conjunto de 11 artigos selecionados para esta análise, 10 se enquadraram nesse paradigma. Em relação aos objetivos delineados, verifica-se que 8 dos 11 artigos estão inseridos no âmbito da Pesquisa Explicativa, indicando uma orientação para compreender as relações causais subjacentes aos fenômenos estudados.

No que diz respeito aos métodos empregados, todas as pesquisas analisadas podem ser categorizadas como Pesquisa Documental. Essa classificação implica o uso predominante de fontes primárias, como documentos, registros e outros artefatos textuais, como principal meio para coletar dados e fundamentar as análises realizadas. Essa inclinação metodológica

sugere que os pesquisadores preferem utilizar evidências textuais e registros históricos como base principal para fundamentar seus estudos.

Em resumo, os resultados dessas análises indicam uma clara preferência pela adoção de abordagens quantitativas e métodos documentais entre os estudos examinados, destacando a importância da coleta sistemática de dados e da análise de fontes documentais como elementos essenciais na produção de conhecimento científico em diversas áreas do conhecimento.

Dentre os 11 estudos analisados com foco na Teoria da Escolha Pública, observa-se que 4 foram identificados como pertencentes ao tópico emergente de Gastos Públicos, abordando suas discussões e análises, enquanto 6 foram caracterizados pela Abordagem de Governança e 1 foi considerado um Estudo Teórico. Essa classificação evidencia a variedade de perspectivas adotadas pelos pesquisadores para explorar e compreender os fenômenos relacionados à Teoria da Escolha Pública, indicando a aplicabilidade e a importância de diferentes métodos de abordagem para investigar questões complexas nesse campo de estudo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As seções anteriores ressaltam que as investigações fundamentadas na Teoria da Escolha Pública têm como objetivo analisar uma gama de temas. A análise das tendências demonstrou um aumento significativo nos estudos recentes, abrangendo Gastos Públicos, Abordagens de Governança e Estudos Teóricos sobre a TEP.

Os resultados deste estudo indicaram que, na amostra examinada, a maioria dos artigos utilizou de forma significativa a Teoria da Escolha Pública para fundamentar o problema de pesquisa e as hipóteses testadas, quando aplicável. No entanto, houve uma utilização limitada da TEP na análise dos resultados.

É importante reconhecer algumas limitações neste estudo. Primeiramente, a pesquisa se baseou em uma amostra específica de artigos selecionados de acordo com critérios predefinidos, o que pode limitar a representatividade dos resultados em relação ao panorama completo da produção científica sobre a Teoria da Escolha Pública. Além disso, a análise metodológica e a categorização dos estudos podem estar sujeitas a interpretações individuais, o que pode influenciar a consistência dos resultados. Outra limitação reside na predominância de abordagens quantitativas na análise dos artigos, o que pode não capturar completamente a complexidade dos fenômenos estudados.

Ademais, a falta de uma análise mais detalhada da aplicação prática dos conceitos da Teoria da Escolha Pública nos estudos revisados pode limitar a compreensão de sua eficácia e relevância no contexto real. Portanto, essas limitações devem ser consideradas ao interpretar e generalizar os resultados deste estudo. Com base nos achados deste estudo, algumas sugestões para trabalhos futuros e áreas ainda não completamente exploradas surgem como oportunidades promissoras para pesquisas relacionadas à Teoria da Escolha Pública. Primeiramente, é essencial investigar tendências emergentes na aplicação da TEP, além dos temas tradicionais como Gastos Públicos e Governança. A análise comparativa das abordagens metodológicas, incluindo aquelas qualitativas, mistas e experimentais, também é crucial para compreender a eficácia e as limitações de cada método. Além disso, a exploração de contextos específicos, como países em desenvolvimento ou setores industriais particulares, pode fornecer insights sobre a adaptação e aplicação dos princípios da TEP em diferentes cenários socioeconômicos e políticos.

Outra área de interesse seria o aprofundamento na análise dos resultados, visando uma compreensão mais completa das implicações práticas das descobertas à luz da Teoria da Escolha Pública. Isso poderia incluir análises de políticas específicas, projeções de cenários futuros e avaliações de impacto. Além disso, a integração interdisciplinar da TEP com outras teorias e frameworks analíticos, como teorias econômicas comportamentais e teorias de decisão política, pode enriquecer a compreensão dos processos de tomada de decisão e das dinâmicas políticas subjacentes.

Por fim, é fundamental realizar estudos que avaliem criticamente a utilização da Teoria da Escolha Pública na pesquisa empírica, investigando a consistência e a eficácia da aplicação dos princípios da TEP na formulação de hipóteses, na coleta de dados e na interpretação dos resultados. Essas sugestões têm o potencial de ampliar o escopo e a relevância da pesquisa relacionada à Teoria da Escolha Pública, fornecendo insights valiosos para a compreensão dos processos de tomada de decisão política e os mecanismos que influenciam o comportamento dos atores políticos e econômicos.

Os resultados deste estudo destacam a importância de uma reflexão aprofundada sobre a aplicação e o papel da Teoria da Escolha Pública na pesquisa científica, visando uma integração mais efetiva desse arcabouço teórico na análise e na interpretação dos fenômenos investigados.

REFERÊNCIAS

- ABBOTT, A.; JONES, P. Procyclical government spending: a public choice analysis. **Public Choice**, v. 154, p. 243-258, 2013.
- BALDISSERA, J. F.; DALL'ASTA, D.; CASAGRANDE, L. F.; OLIVEIRA, A. M. B. D. Influência dos aspectos socioeconômicos, financeiro-orçamentários e político-eleitorais na transparência dos governos locais. **Revista de Administração Pública**, v. 54, p. 340-359, 2020.
- BEUREN, I. L. **Metodologia da pesquisa**: da teoria à prática. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.
- BJØRNSKOV, C. Determinants of generalized trust: a cross-country comparison. **Public Choice**, v. 130, n. 1-2, p. 1-21, 2007.
- BOLL, D.; SIDKI, M. The influence of political fragmentation on public enterprises: evidence from German municipalities. **European Journal of Political Economy**, v. 67, n. 101972, 2021.
- BOYNE, G. A. Bureaucratic theory meets reality: public choice and service contracting in US local government. **Public Administration Review**, p. 474-484, 1998.
- BRENNAN, G. Elements of a fiscal politics: public choice and public finance. **Australian Economic Review**, v. 17, n. 3, p. 62-72, 1984.
- BRENNAN, G.; BUCHANAN, J. M. **The Reason of Rules**: Constitutional Political Economy. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.
- BUCHANAN, J. M. A contractarian paradigm for applying economic theory. **The American Economic Review**, v. 65, n. 2, p. 225-230, 1975.
- BUCHANAN, J. M. **The Limits of Liberty**: between anarchy and leviathan. Chicago: University of Chicago Press, 1975.
- BUCHANAN, J. M. **The theory of public choice - II**. Michigan: University of Michigan Press, 1984.
- BUCHANAN, J. M.; MUSGRAVE, R. A. **Public Finance and Public Choice**: two contrasting visions of the state. Cambridge, MA: MIT Press, 1999.
- BUCHANAN, J. M.; TULLOCK, G. **The calculus of consent**: logical foundations of constitutional democracy. Michigan: University of Michigan Press, 1962.

- BUTLER, E. **Escolha Pública**: um guia. Editora: Libertarianismo. Estudantes, 2012.
- CAPLAN, B. **The myth of the rational voter**: why democracies choose bad policies. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2007.
- CUERVO, A.; VILLALONGA, B. Explaining the variance in the performance effects of privatization. **Academy of Management Review**, v. 25, n. 3, p. 581-590, 2000.
- DJANKOV, S.; MCLIESH, C.; NENOVA, T.; SHLEIFER, A. Who owns the media?. **The Journal of Law and Economics**, v. 46, n. 2, p. 341-382, 2003.
- DOWNS, A. An economic theory of political action in a democracy. **Journal of Political Economy**, v. 65, n. 2, p. 135-150, 1957.
- FABRE, V. V.; ENGELAGE, E.; FLACH, L.; BORGERT, A. Gastos com vigilância epidemiológica nos municípios de Santa Catarina. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, v. 19, 2020.
- FIIRST, C.; BALDISSERA, J. F.; MARTINS, E. B.; NASCIMENTO, S. A. A. A influência dos índices socioeconômicos e contábeis no nível de transparência eletrônica dos estados brasileiros sob a ótica da Teoria da Escolha Pública. **Journal Public Administration & Social Management**, v. 10, n. 4, 2018.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 7ed. São Paulo: Atlas 2022.
- GOMES, A. R. V. ROMERO, S. A.; MELLO, G. R.; LIMA, S. L. L. A influência dos gastos por funções ministeriais nas despesas com pessoal de acordo com os ciclos políticos eleitorais. **Revista Alcance**, v. 28, n. 2, p. 165-178, 2021.
- LAHIRI, R.; RATNASIRI, S. Costly technology adoption, redistribution and growth. **Economic Modelling**, v. 33, p. 440-449, 2013.
- LINS, M. P. E.; MEZA, L. A. **Análise envoltória de dados e perspectivas de integração no ambiente do apoio à decisão**. Rio de Janeiro: Coppe/ UFRJ, 2000.
- MARTINS, L. C.; LIBONATI, J. J.; MIRANDA, L. C.; FREITAS, M. A. L. Controle Externo das Contas Públicas: a influência política no julgamento das contas dos prefeitos do estado de Pernambuco. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, v. 15, n. 2, p. 162-176, 2020.
- MEDINA, S. A. FERREIRA, M. A. M.; PINTO, T. R. G. S.; SANTOS, I. A. D. Alocação das emendas parlamentares individuais: correção de assimetria em saúde ou ganho político?. **REAd. Revista Eletrônica de Administração**, v. 29, p. 98-125, 2023.
- MITCHELL, W. C., SIMMONS, R. **Beyond politics — market, welfare and the failure of bureaucracy**. The Independent Institute, Westview Press, 1994.
- MUELLER, D C. **Public Choice III**. Cambridge University Press, 2003.
- MUELLER, D. C. Public choice: a survey. **Journal of Economic Literature**, v. 14, n. 2, p. 395-433, 1976.
- OLIVEIRA, C. N. M.; VELOSO, P. H. N.; MAXIMIANO, J. S.; RIBEIRO, E. N. Análise da influência da teoria da escolha pública na criação de aterros sanitários em municípios. **Revista Meta: Avaliação**, v. 13, n. 39, p. 467-490, 2021.
- OLSON, J. C. **Red Cloud and the Sioux problem**. U of Nebraska Press, 1965.
- ORENSTEIN, L. **A estratégia da ação coletiva**. Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1998.
- RODDEN, J. Comparative federalism and decentralization: on meaning and measurement. **Comparative Politics**, p. 481-500, 2004.
- ROMER, C.; ROMER, D. The macroeconomic effects of tax changes: estimates based on a new measure of fiscal shocks. **American Economic Review**, v. 100, n. 3, p. 763-801, 2010.

ROSSI, P.; MELLO, G. **Choque recessivo e a maior crise da história:** a economia brasileira em marcha ré. 2017. Nota de Conjuntura 1 - CECON IE Unicamp. Acesso em: 16/12/2023. Disponível em: <http://brasildebate.com.br/choque-recessivo-de-2015-causou-a-maior-crise-da-historia-brasileira>

ROSSI, P.; OLIVEIRA, A. L. M.; ARANTES, F. **Austeridade e impactos no Brasil:** ajuste fiscal, teto de gastos e o financiamento da educação pública. Fundação Friedrich Ebert Stiftung Brasil, Análise, nº 33, 2017.

SCHAKEL, H. C.; WU, E. H.; JEURISSEN, P. Fiscal rules, powerful levers for controlling the health budget? Evidence from 32 OECD countries. **BMC Public Health**, v. 18, p. 1-17, 2018.

SOBEL, M. E. What do randomized studies of housing mobility demonstrate? causal inference in the face of interference. **Journal of the American Statistical Association**, v. 101, n. 476, p. 1398-1407, 2006.

SOUZA, C. Federalismo e conflitos distributivos: disputa dos estados por recursos orçamentários federais. **Dados**, v. 46, p. 345-384, 2003.

STRUNZ, S.; GAWEL, E.; LEHMANN, P. The political economy of renewable energy policies in Germany and the EU. **Utilities Policy**, v. 42, p. 33-41, 2016.

TRANFIELD, D.; DENYER, D.; SMART, P. Towards a methodology for developing evidence informed management knowledge by means of systematic review. **British Journal of Management**, v. 14, n. 3, p. 207–222, 2003

TULLOCK, G.; SELDON, A.; BRADY, G. L. **Falhas de governo:** uma introdução à teoria da escolha pública. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 2005.

WARNER, M.; HEFETZ, A. Applying market solutions to public services: an assessment of efficiency, equity, and voice. **Urban Affairs Review**, v. 38, n. 1, p. 70-89, 2002.

WEBSTER, C. J. Public choice, Pigouvian and Coasian planning theory. **Urban Studies**, v. 35, n. 1, p. 53-75, 1998.

WITTMAN, D. A. **The myth of democratic failure:** why political institutions are efficient. University of Chicago press, 1995.